

ELEIÇÕES 2024: MULHERES EM ESPAÇOS DE PODER E DECISÃO

Ano eleitoral: o que esperar das candidaturas das mulheres?

O ano de 2024 é importante e único na história das eleições mundiais. Mais de 2 bilhões de pessoas vão às urnas em eleições gerais nos próximos 12 meses, quando pessoas de 8 países dos mais populosos do mundo realizam eleições: Bangladesh, Brasil, Índia, Indo-nésia, México Paquistão, Rússia e Estados Unidos. Além disso, as 27 nações da União Europeia também escolhem seus novos representantes no parlamento europeu em junho, o que significa a possibilidade de ascensão ao poder de mais mulheres em diferentes culturas. E a pergunta é: qual o papel da representatividade e das mulheres nessas eleições?

No Brasil, que integra a lista, 2024 é o ano das eleições municipais que define os(as) prefeitos(as) e vice-prefeitos(as) e vereadores(as). O primeiro turno acontece em 6 de outubro e, apesar de não ser uma eleição geral que englobaria a escolha de senadores(as), deputados(as) e governadores(as), cerca de 150 milhões de pessoas devem estar aptas a votar.

Segundo dados do Portal de Dados Aberto do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a parcela de candidatura de mulheres sofreu mudanças recentemente. O cargo de vice-prefeita cresceu 21% na comparação entre as eleições de 2016 e 2020. Em 2020 foram 3.398 mulheres na corrida para vice-prefeitura. Já nas eleições municipais anteriores, em 2016, 2.867 mulheres disputaram o cargo.

O número de eleitas também aumentou e a quantidade de mulheres que se tornaram vice-prefeitas chegou a 834 em 2016. Em 2020 saltou para 927, um aumento de 11% nas cadeiras de vice-prefeituras ocupadas por mulheres na comparação entre as duas últimas eleições.

Em 2020 foram eleitas 651 prefeitas contra 4.750 prefeitos e, para as câmaras municipais, eleitas 9.196 vereadoras contra 48.265 vereadores.

A IMPORTÂNCIA DOS INDICADORES NO CENÁRIO DAS MULHERES NO PODER

Em parceria com o Observatório Nacional de Mulheres na Política (ONMP), o Observatório Brasil da Igualdade de Gênero irá elaborar, em 2024, uma série de publicações temáticas para apresentar dados e informações, em diversos formatos, com o objetivo de avaliar os cenários do ano eleitoral no Brasil, além de proporcionar a discussão na perspectiva histórica. Haverá produção de conteúdo em parceria em artigos, matérias, notas técnicas e material para redes sociais, além de pautas para discussão e propostas específicas para mídia.

O Observatório Brasil da Igualdade de Gênero disponibiliza no Painel de Indicadores, de modo ágil, dinâmico e amigável, um retrato da realidade das mulheres no País. Isso é feito por meio de indicadores de desigualdade de gênero apresentados na forma de gráficos e tabelas. A página [Mulheres em espaços de poder e decisão](#) fornece informações sobre candidatas e candidatos a cargos eletivos e sobre eleitas e eleitos, por cor ou raça, nas eleições de 2018 e de 2022.

Observatório Nacional de Mulheres na Política é vinculado à Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados e foi criado para monitorar indicadores e centralizar estudos sobre a atuação política de mulheres em âmbito federal, estadual e municipal.

O ONMP, por sua vez, mantém um Sistema de Monitoramento sobre Mulheres e Eleições, que permite monitorar e analisar dados como gênero cor ou raça, idade, grau de instrução, profissão e estado civil, entre outros, a partir de dados abertos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Pesquisadores e profissionais da área das Ciências Sociais e Políticas, jornalistas, assessores (as), consultores (as) e classe política têm acesso direto a indicadores sobre as eleições, com recorte de gênero, além de informações sobre normas eleitorais, candidaturas, novos modelos partidários (Federação) e ranking dos partidos, conforme percentual de candidatas inscritas. Inclui dados atualizados desde as eleições de 2002.



Confira:

www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/secretarias/secretaria-da-mulher/observatorio-nacional-da-mulher-na-politica/paineis-de-dados

SAIBA MAIS!

Estatísticas TSE



O TSE disponibiliza uma estrutura de páginas de estatísticas e relatórios sobre as eleições com base na replicação diária dos dados dos tribunais regionais eleitorais para uma base consolidada no Tribunal Superior Eleitoral, em horários predeterminados.

A Justiça Eleitoral mantém um painel com estatísticas, história, legislação e documentos sobre a participação das mulheres nas disputas eleitorais.

Acesse www.justicaeleitoral.jus.br/tse-mulheres/#estatisticas

Participação política

A ministra das Mulheres, Cida Gonçalves participou, em 23 de janeiro, da audiência pública na sede do Tribunal Superior Eleitoral, em Brasília, sobre regras para as eleições de 2024.

Conheça a fala: <https://encurtador.com.br/yLOT3>



Datas históricas

Essa seção seleciona as principais datas históricas relativas às lutas e conquistas para garantir o direito das mulheres. As informações têm uma perspectiva atual e, sempre que possível, uma articulação com dados e informações históricas.

24/02 - Dia da conquista do voto feminino no Brasil

O voto feminino no Brasil foi reconhecido em 1932 por meio do Decreto 21.076, do então presidente Getúlio Vargas, que instituiu o Código Eleitoral. Foi incorporado à Constituição de 1934, mas era facultativo. Em 1965, tornou-se obrigatório, sendo equiparado ao dos homens. Para conhecer um pouco mais dessa história, baixe o livro “O voto feminino no Brasil”, autoria de Teresa Cristina de Novaes Marques, editado pela Câmara dos Deputados.



Foto: Acervo CPDOC/FGV

A alagoana **Almerinda Farias Gama** (1899-1999) foi pioneira no movimento pelo sufrágio feminino e uma das primeiras mulheres a atuar na política. Negra e líder sindicalista, Almerinda também se indignou com as diferenças salariais entre mulheres e homens.

<https://www.camara.leg.br/midias/file/2020/11/voto-feminino-brasil-2ed-marques.pdf>

11/02 - Dia Internacional das Mulheres e Meninas na Ciência

Mulheres e invenções

O Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) lançou, no final de 2023, a publicação “As invenções no Brasil contadas a partir de documentos históricos de patentes”, que indicou, entre outros pontos que, no início do século XX, as mulheres patenteavam seus inventos, como cremes dermatológicos, máquinas de fabricação de charuto e armários refrigerados, processos para fabricação de têxteis, entre outros itens. A narrativa construída no documento é resultado da digitalização e disponibilização de um acervo histórico com cerca de 3.000 patentes. O capítulo 7 é dedicado às mulheres e invenções e registra 19 pedidos de patentes depositados por elas. Há, contudo, pouca informação a respeito da vida e da história dessas 18 mulheres, com exceção das que pertenciam à elite.

Confira no Painel de Indicadores quais são os principais cursos de nível superior escolhidos por mulheres para ingresso.

<https://www.gov.br/mulheres/pt-br/aceso-a-informacao/observatorio-brasil-da-igualdade-de-genero/painel-de-indicadores-2/educacao-para-a-igualdade-e-cidadania>



Notícias OBIG

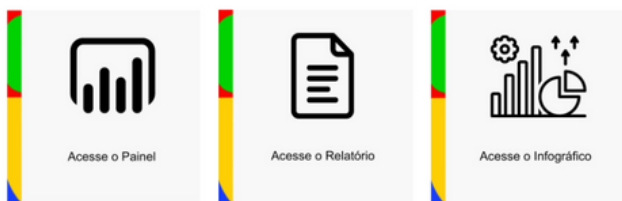
8º Diagnóstico Nacional das Unidades Policiais Especializadas em Atendimento à Mulher

O Observatório Brasil da Igualdade de Gênero, do Ministério das Mulheres, integrou a equipe que realizou um levantamento sobre as unidades policiais que atendem mulheres em situação de violência em todo o Brasil.

A parceria entre o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) e o MMulheres representa um esforço conjunto para mapear integralmente o Sistema Único de Segurança Pública, para uma gestão mais eficiente dos recursos destinados ao fortalecimento das instituições de Segurança Pública dos Estados e do Distrito Federal.



8º Diagnóstico Nacional das Unidades Policiais Especializadas no Atendimento à Mulher - 2022



O resultado pode ser consultado, na página do MJSP em três diferentes formatos: Painel, Relatório, Infográfico.

Análise

Cobertura das Unidades Especializadas em Atendimento à Mulher e as taxas de mortes violentas de mulheres no Brasil

Camila Rocha Firmino*

O 8º Diagnóstico Nacional das Unidades Policiais Especializadas em Atendimento à Mulher teve o objetivo de coletar informações sobre a estrutura organizacional e o funcionamento das Unidades Especializadas no Atendimento à Mulher (UPEAM). A pesquisa identificou 506 UPEAM no país, sendo 490 Delegacias Especializadas em Atendimento à Mulher (DEAM), 11 postos de atendimento e 4 núcleos integrados.

A título exploratório, elaborou-se a tabela a seguir, que busca relacionar a taxa de mortes violentas de mulheres (MVM) com o número de Unidades Policiais Especializadas por habitantes de cada Unidade da Federação (UF).

Ainda que não seja possível estabelecer umnexo causal entre número de UPEAMs e as taxas de violências, é viável apontar algumas UFs com altas taxas de MVM e um número reduzido de UPEAM; ou seja, UFs que precisariam de mais UPEAMS devido aos altos índices de violência. Como MVM foram consideradas as ocorrências policiais de feminicídios, de homicídios e de lesões corporais seguidas de morte cujas vítimas eram mulheres.

Das dez unidades da federação com maiores taxas de mortes violentas de mulheres, cinco têm menos UPEAM do que a média nacional, de uma UPEAM para cada 217.071 mulheres. Entre elas, podemos citar Roraima, que apresenta a segunda maior taxa nacional, com 6,2 MVM para cada 100 mil mulheres, e uma UPEAM para cada 322.420 mulheres. Ceará tem a quinta maior taxa de MVM (5,5 por 100 mil mulheres) e uma UPEAM para 478.950 mulheres. Mato Grosso, com uma taxa de 5,4 MVM por 100 mil mulheres, possui uma UPEAM para cada 222.733 mulheres. Em seguida temos Bahia e Acre, com respectivamente, taxas de 5,3 e de 4,6 mortes por 100 mil mulheres e uma UPEAM para cada 516.374 e 459.816 mulheres.

Por sua vez, o estado com menor taxa de MVM (1,1 por 100 mil), Tocantins, tem 11 UPEAMs, 1 para cada 73.453 mulheres. TO é a UF que tem, para cada UPEAM, a menor população feminina passível de atendimentos.



Taxas de mortes violentas de mulheres (por 100 mil mulheres), número de Unidades Policiais Especializadas em Atendimento à Mulher e habitantes mulheres por Unidades Especializadas em Atendimento à Mulher, segundo a Unidade da Federação - Brasil, 2022

Unidade da Federação	Morte violenta de mulheres por 100 mil habitantes	Unidades Policiais Especializadas em Atendimento à Mulher	Habitantes mulheres por cada Unidade Especializadas em Atendimento à Mulher
Brasil	3,7	506	217.071
Rondônia	7,0	8	113.503
Roraima	6,2	1	322.420
Pará	6,0	22	201.172
Mato Grosso do Sul	5,7	13	111.261
Ceará	5,5	10	478.950
Mato grosso	5,4	8	222.733
Bahia	5,3	15	516.374
Rio Grande do Sul	4,9	30	196.972
Acre	4,6	1	459.816
Espírito Santo	4,5	17	124.029
Pernambuco	4,3	11	460.113
Amazonas	4,3	3	719.652
Paraná	4,2	20	298.042
Alagoas	4,1	5	352.434
Piauí	3,9	15	113.571
Paraíba	3,8	12	176.069
Goiás	3,8	22	167.412
Amapá	3,6	3	148.692
Maranhão	3,6	20	183.123
Rio Grande do Norte	3,5	12	153.284
Rio de Janeiro	3,4	14	653.858
Sergipe	3,0	8	152.673
Minas Gerais	2,9	63	173.475
Santa Catarina	2,8	31	120.664
Distrito Federal	2,2	2	812.665
São Paulo	1,9	129	186.606
Tocantins	1,1	11	73.453

Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Dados Nacionais de Segurança Pública. IBGE, Projeção de população. 8º Diagnóstico Nacional das Unidades Policiais Especializadas em Atendimento à Mulher.

Elaboração: Ministério das Mulheres. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Notas: 1. Como MVM, foram consideradas as ocorrências policiais de feminicídios, de homicídios e de lesões corporais seguidas de morte cujas vítimas eram mulheres.

2. Unidades Especializadas de Atendimento à Mulher são delegacias especializadas, postos de atendimento ou núcleos integrados de atendimento à mulher.

O Observatório, em sua competência normativa, vem desenvolvendo ações de sistematização de dados e de pesquisas oficiais sobre mulheres, aliadas à tecnologia da informação, com vistas à produção de análises que melhor direcionem a atuação governamental.

*Camila Rocha Firmino

Analista Técnica de Políticas Sociais, Doutora em Antropologia Social (UFSC), pesquisadora vinculada ao Núcleo de Antropologia do Contemporâneo da UFSC (TRANSES) e, atualmente, coordenadora no Observatório Brasil da Igualdade de Gênero do Ministério das Mulheres. Tem produções nos temas: teorias feministas, políticas sociais e políticas para as mulheres, direitos lésbicos, indicadores sociais de desigualdade de gênero, antropologia da saúde e antropologia do Estado e das políticas públicas.



Marco legal

A [Lei nº 14.786](#) cria o protocolo “Não é Não”, para prevenção ao constrangimento e à violência contra a mulher e para proteção à vítima em boates, casas noturnas e de espetáculos.

A norma foi assinada pela ministra das Mulheres, Cida Gonçalves, pelo ministro da Educação, Camilo Santana, e pelo ministro substituto da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Cappelli.

Confira: www.gov.br/mulheres/pt-br/central-de-conteudos/noticias/2023/dezembro/casas-noturnas-terao-que-garantir-seguranca-de-mulheres-vitimas-de-violencia-ou-constrangimento

Dicas

Mulheres e investimento: iniciativa inédita para estimular a independência financeira e autonomia das mulheres

Lançado no início deste ano, o programa **Educa+ Mulher** tem como principal objetivo incentivar as mulheres a fazerem seu primeiro investimento, no título de renda fixa Tesouro Educa+, com a finalidade de custear seus estudos. A proposta é do Banco do Brasil e do Tesouro Nacional. O produto funciona como um investimento para o pagamento de mensalidades de uma universidade privada. Ao todo, são 16 títulos disponíveis com vencimentos a partir de 2026 até 2041. Informações no portal de investimentos do Banco do Brasil: [InvesTalk](#).

O **Painel de Indicadores do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero** é uma ferramenta para acompanhamento de temas de grande interesse no campo das políticas para mulheres. Na página Autonomia econômica e igualdade no mundo do trabalho, o painel apresenta indicadores de acesso e condições das mulheres no mundo do trabalho.

Navegue: www.gov.br/mulheres/pt-br/aceso-a-informacao/observatorio-brasil-da-igualdade-de-genero/painel-de-indicadores-2/autonomia-economica-e-igualdade-no-mundo-do-trabalho



Na estante



JACQUELINE HARPMAN
(TRAD. DIEGO GRANDO, DUBLINENSE, 2021)

Jacqueline Harpman (1929-2012) foi uma escritora e psicanalista belga de origem judaica que viveu parte de sua juventude no contexto da invasão nazista do país, que obrigou sua família a fugir para Casablanca, onde permaneceram até o final da guerra.

O livro “Eu que nunca conheci os homens”, começa com 40 mulheres enjauladas em um porão, sem contato com o mundo. Uma menina, a mais nova, se depara com o passar compassado do tempo, e os dias se repetem com “comer, excretar e dormir”. Fora da jaula, estão guardas uniformizados que as alimentam e vigiam, mas nada falam.

Um dia, ao disparar de uma sirene, os homens fogem e as grades são abertas. As mulheres abandonam o porão e partem para explorar o mundo, tão desolador quanto o antigo espaço. Às 40 libertas só resta caminhar e encontrar outros porões lotados de mulheres enjauladas, na mesma narrativa sombria e terrivelmente desesperançosa.

Cartilha

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) elaborou material para mulheres identificarem se estão em relacionamento tóxico.

www.tjdft.jus.br/informacoes/cidadania/nucleo-judiciario-da-mulher/documentos-e-links/arquivos/questionario-paz-em-casa.pdf

Expediente

Roberta Viegas e Silva - Coordenadora-geral do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero
Camila Rocha Firmino - Coordenadora do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero
Alessandra Scalioni Brito
Ana Henriques
Kamilla Dantas Matias

Contato

observatorio@mulheres.gov.br
www.gov.br/mulheres/observatorio